

Voltar aos níveis dos anos 70, desenvolvimento sem desequilíbrio

GAZETA MERCANTIL

Eduardo Maia *

"Eu quero que os outros estados tenham mais, mas não admito que São Paulo tenha menos."
(Governador Luiz Antônio Fleury Filho, no último dia de 1991.)



A frase resume, com a serena clareza de sempre, todo um programa.

Nos últimos vinte anos, São Paulo vem perdendo peso relativo na economia do País.

Na década de 70, a economia brasileira teve impulso vigoroso, com 7,1% de taxa média anual de crescimento do PIB. Na década seguinte, o crescimento econômico praticamente se esvaiu, o PIB elevou-se em média apenas 1,8% ao ano. São Paulo conseguiu inicialmente seguir o movimento ascensional da economia, mas pagou e paga um preço amargo no descenso.

Por volta de 1974, o esforço para corrigir os grandes desequilíbrios regionais que marcaram o processo de desenvolvimento do Brasil levou à montagem de um sistema de incentivos fiscais e subsídios buscando a expansão de atividades econômicas para fora do eixo Rio — São Paulo. Em vários pontos do território nacional a produção agrícola reorganizou-se, beneficiada por recursos investidos em sua modernização. Finalmente, o investimento público federal — sobretudo na construção de estradas e de hidrelétricas — passou também a se deslocar para outras regiões.

A economia iniciou nova fase de desenvolvimento, que perdurou até 1980. As taxas de crescimento se desaceleraram em relação às registradas entre 1968 e 1973. Uma característica básica do período foi o aumento do espaço ocupado pelo investimento público na poupança nacional medida pela formação bruta de capital fixo, sustentando o crescimento, enquanto o investimento privado sofria fortes desacelerações.

Centrado em pesados investimentos em infra-estrutura, o II Plano Nacional de Desenvolvimento pretendia transformar o País em potência econômica e equilibrar regionalmente o desenvolvimento.

Regiões fora do eixo Rio — São Paulo passaram a contar com investimento público federal e políticas ativas de desenvolvimento voltadas para a atração de capitais. Disso resultou, entre outras coisas, forte impulso no processo de urbanização em diversas partes do Brasil.

Em São Paulo, nesse período, a indústria reduzia suas taxas de investimento em setores importantes (automobilístico, metalmecânico, eletroeletrônico, etc.). Assim, de 1975 a 1980, o estado perdeu participação no PIB nacional e no Valor da Transformação Industrial (VTI). Essas quedas foram atenuadas pela expansão da indústria e da urbanização verificada no interior paulista.

Entre 1981 e 1983, a economia brasileira passou por profunda recessão, que teve início com a queda dos investimentos públicos federais. No que diz respeito

à maior parte do Estado de São Paulo, a conjuntura recessiva atingiu fortemente a indústria, principalmente os setores mais importantes, como o de bens de capital, determinando quedas generalizadas da produção, da renda e do emprego. O único setor que conseguiu manter performance razoável foi o agropecuário, graças à sedimentação de alguns pólos agroindustriais (soja, suco de laranja, açúcar e álcool).

Entretanto, a maturação de grandes projetos de investimento permitiu, de certa forma, que em outros estados ocorressem avanços mediante algumas inversões complementares às novas estruturas (industrial e urbana), dinamizando-se ainda o setor de comércio e serviços.

Em 1984 começou uma retomada do crescimento econômico que se estendeu até o final de 1987. Esse movimento foi inicialmente liderado pelas exportações e, posteriormente, pelas atividades ligadas ao mercado interno. Atingiu o auge durante a vigência do Plano Cruzado.

Essa última fase de crescimento beneficiou tanto São Paulo quanto outros estados: Minas Gerais, Bahia, Amazonas, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, todos estados cujos novos pólos dinâmicos foram plantados em meados da década de 70.

Mas, diada a ausência de investimentos de porte por um período significativo, surgiram pontos de estrangulamento dentro da estrutura produtiva. Isso ficou mais claro principalmente durante a vigência do Plano Cruzado, quando as elevadas taxas de crescimento da produção e do consumo esbarraram numa estrutura de oferta inadequada.

Em 1988, a economia brasileira entrou num período predominantemente recessivo, cujo pior momento, até aqui, foi a queda do PIB em 1990. Nessa fase, a ausência de investimentos acentuou progressivamente os problemas de defasagem tecnológica entre o País e as economias avançadas.

Novamente, os períodos recessivos atingiram duramente a economia paulista, em particular sua indústria.

Esta rápida avaliação do comportamento da economia brasileira durante os últimos vinte anos e de como a economia paulista foi por ela condicionada permite que se tirem algumas conclusões:

1) A política de desenvolvimento da década de 70 trouxe vigoroso salto econômico para fora do eixo Rio — São Paulo, mas os problemas ligados à rápida industrialização e urbanização, como subemprego, favelização, marginalidade e poluição, também se disseminaram.

2) Consequentemente, a demanda por políticas públicas de cunho eminentemente urbano avolumou-se em diversos pontos do território nacional.

3) Qualquer retomada mais efetiva do desenvolvimento requer grandes investimentos, tanto em áreas estratégicas de infra-estrutura e insumos básicos quanto em modernização do parque industrial, ainda localizado em grande parte no território paulista.

4) A extensão das demandas sociais, a crise financeira do setor público em todas as suas esferas e o volume de recursos necessários para investimentos tornam impossível reencontrar uma política desenvolvimentista nos moldes da que foi levada a cabo nos anos 70.

Nos anos 90, a sociedade brasileira não quer perder tempo com bairrismos anacrônicos que tentam pegar carona em velhos fenômenos europeus, como a balcanização, para se travessir de modernidade.

Avançar na solução da questão regional — a favor de São Paulo, a favor de to-

dos os estados do País — é definir com nitidez o caminho da retomada do desenvolvimento.

O que a sociedade demanda é uma política de estabilização econômica que permita o controle definitivo do processo inflacionário. E que o estado sinalize, para os agentes econômicos, quais as perspectivas que deverão orientar o processo de retomada do crescimento econômico. O investimento poderá, então, recuperar os níveis registrados nos anos 70.

* Secretário de Planejamento do Governo do Estado de São Paulo.